

# Monossílabos CV do português: leves e degenerados? Sonoridade vocálica e iteração de elementos na atribuição de peso e na preservação da minimalidade em português

João Veloso  
jveloso@letras.up.pt  
*Faculdade de Letras da Universidade do Porto,  
Centro de Linguística da Universidade do Porto\* (Portugal)*

**ABSTRACT:** It has been argued whether Portuguese phonology comprehends a Minimality Condition imposed to all lexical entries of the language. The existence of a non-neglectable number of “light” CV monosyllables in this language has been interpreted as a clue of the irrelevance of such phonological constraint in this language. In this paper, we argue in favour of viewing Portuguese phonology as sensitive to minimality: with a very few exceptions only (basically corresponding to clitics), all words in Portuguese obey a mora-based minimality constraint which establishes that any word be at least bisyllabic or, if monosyllabic, a heavy syllable. Syllable weight is then assumed also as an important prosodic property of Portuguese. In addition to the traditional criterion to accept monosyllables as heavy (i. e., rhyme branching), a weight parametrization is postulated accepting that sonority and element iteration (within an Element Theory-based approach of the vowels’ segmental structure) do count also for syllable weight. Therefore, Portuguese monosyllables – either through rhyme branching or the inherent weight of vowels with high degrees of sonority or iterated elements – might be seen as compatible with the weight-sensitive minimality constraints that are functional in this language.

**KEYWORDS.** Minimality Condition, Monosyllables, Syllable Weight, Sonority

**RESUMO:** A inclusão de uma Condição de Minimalidade imposta pela fonologia do português a todas as palavras da língua tem sido objeto de discussão em estudos anteriores. A existência de um número considerável de monossílabos CV em português descritos como “leves” tem sido apontada como um argumento que desvaloriza uma restrição de minimalidade nesta língua. Neste trabalho, defenderemos que a fonologia do português é sensível à minimalidade: com a exceção de um número reduzido de casos (de que os clíticos monossilábicos são os principais exemplos), todas as palavras do português obedecem a uma Condição de Minimalidade de tipo moráico que estabelece que qualquer palavra da língua é, no mínimo, bissilábica e, caso seja monossilábica, deverá corresponder a uma

---

\* UID/LIN/00022/2016 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e Programa «Reitoria da Universidade do Porto/Santander Universidades»

sílaba pesada. O peso silábico será assim assumido aqui também como uma restrição importante da fonologia do português. Além do critério tradicional para atribuição de peso silábico (a ramificação da rima), será proposta uma parametrização do peso baseada na sonoridade e na iteração de elementos (de acordo com o quadro da Fonologia dos Elementos). Assim, os monossílabos do português – ou através da ramificação da rima, ou através do peso inerente das vogais com maiores graus de sonoridade ou iteração de elementos – são aqui apresentados como palavras em concordância com a Condição de Minimalidade de tipo moraico proposta no artigo.

PALAVRAS-CHAVE. Condição de Minimalidade, Monossílabos, Peso Silábico, Sonoridade

### 1. Introdução: a controvérsia da minimalidade e do peso silábico em português e alguns problemas colocados pelos monossílabos CV

Uma das questões de fonologia prosódica do português que não reúnem consenso absoluto quando comparadas diversas descrições da língua é a da inclusão da Condição de Minimalidade (CM) nas restrições fonológicas da sua gramática. O debate em torno desta questão reparte-se por duas dimensões de partida:

- 1) Será o português sensível a uma Condição de Minimalidade que imponha uma quantidade mínima de material fonológico às cadeias fonéticas candidatas ao estatuto de palavra na língua? Ou, pelo contrário, pertencerá o português ao conjunto das línguas do mundo que não incorporam na sua gramática quaisquer restrições deste nível?
- 2) Caso se admita que o português é sensível à Condição de Minimalidade, como será ela parametrizada na gramática da língua? Por outras palavras: se se aceitar que a fonologia do português inclui, efetivamente, uma CM, o que é que esta estatui como material fonológico mínimo que deve estar presente em qualquer palavra da língua?<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Nestas questões de partida, não individualizamos as diversas variedades do português. No presente estudo, as variedades europeias da língua constituem o foco nuclear da nossa atenção. No entanto, não se exclui a pertinência deste mesmo assunto relativamente às restantes variedades do português. Ao longo do texto, quando necessário, tentaremos manter a nível terminológico a distinção entre o português numa perspetiva mais ampla que abranja as diversas variedades da língua vs. a caracterização fonológica mais específica de algumas das suas variedades mais bem delimitadas (através de designações mais restritivas, neste último caso, como “português europeu”, “português medieval” ou “português europeu contemporâneo”, p. ex.).

Uma outra questão relativamente à qual não se regista um consenso mais definitivo junto dos principais autores das descrições fonológicas do português é a do peso silábico (cf., p. ex., Magalhães (2016: 118-119), que usa explicitamente o termo *controvérsia* para referir esta divergência de interpretações fonológicas). Com base num conjunto de argumentos que serão mencionados mais adiante<sup>2</sup> – de que se destaca a prevalência, entre os fonólogos que descrevem o português europeu (PE), das explicações do acento de palavra com base exclusivamente nas propriedades morfosintáticas das palavras (Pereira 1999; Mateus & D’Andrade 2000; Mateus et al. 2003) –, o entendimento mais corrente acerca desta questão propõe que, em português, uma eventual distinção entre sílabas leves e sílabas pesadas seja pouco relevante.

A CM e o peso silábico, bem como a relação entre ambos, serão, neste artigo, o ponto de partida para discutirmos a questão central deste estudo: o estatuto particular das palavras monossilábicas formadas unicamente, na sua estrutura de superfície, por um monossílabo tradicionalmente descrito como “leve”, constituído unicamente por uma sequência linear CV (exemplos: *pé, má, ré, si, nó*, etc.). Estas palavras, à luz da maior parte das formulações da CM – quer a um nível mais geral, quer relativamente ao português (e, neste último caso, junto somente, como é natural, dos autores que aceitam tal restrição na fonologia desta língua) –, estariam aparentemente abaixo dos limites impostos por qualquer uma de tais formulações. Estas, como veremos, incidem invariavelmente na exigência de duas unidades teóricas de tempo – ou seja, numa *estrutura bimoraica*: presença de uma vogal longa, de rima ramificada<sup>3</sup> ou de duas sílabas, dependendo dos princípios que estruturam cada sistema fonológico – como material fonológico mínimo de qualquer palavra na maior parte das línguas.

Este artigo divide-se em três secções principais. Na secção 2, começaremos por discutir algumas questões fundamentais relacionadas com a própria definição, natureza e importância da CM para, de seguida, analisarmos alguns dos

---

<sup>2</sup> Vd. nota 14.

<sup>3</sup> Nas línguas com oposições quantitativas, as vogais longas, por corresponderem a duas posições esqueléticas, são aceites como um dos formatos silábicos correspondentes também às rimas ramificadas (cf., entre outros: Hogg & McCully 1987: 38, 39, 40; Blevins 1995: 213, 214 ss.; Broselow 1995: 176, 177-178 ss., 184 ss., 188 ss.; Bosch 2011: 791; Davis 2014: 104 ss.).

problemas particulares colocados por tais questões no estudo do português. Com base nos dados e generalizações revistas nessa parte do estudo, discutiremos, nas secções 3 e 4, a integração no léxico do português das palavras monossilábicas formadas exclusivamente por uma sílaba CV, tentando ver de que forma tais palavras podem ser abrigadas pelo léxico da língua sem violarem eventuais restrições de minimalidade aceitáveis para o português.

Para a descrição e explicação da estrutura interna dos segmentos vocálicos, apoiar-nos-emos nos modelos inspirados na fonologia dos elementos (FE) (Scheer 1998; Boltanski 1999; Angoujard 2003; 2006; Backley 2011). Este modelo permitir-nos-á relacionar o peso (e a minimalidade) da maior parte dos monossílabos portugueses – defendendo a pertinência dessas duas propriedades fonológicas nesta língua – com uma outra propriedade que, na FE, corresponde a um primitivo fonológico fundamental e, como tentaremos fazer ver, presente em todas essas palavras: a sonoridade vocálica, expressa pelo elemento {A}. A FE permitir-nos-á ainda propor uma explicação para a inserção lexical de monossílabos com vogal nuclear [i] ou [u] através do postulado de que a iteração de {I} e {U}, nessas mesmas vogais, configura outra das condições que asseguram a minimalidade em português.

## 2. Minimalidade e peso silábico: enquadramento geral e discussão do seu eventual estatuto em português

### 2.1. Considerações gerais acerca da Condição de Minimalidade e da sua relação com o peso silábico

Muitas línguas integram nas suas gramáticas um conjunto de restrições que obrigam todas as palavras dos seus léxicos e todas as sequências fonéticas candidatas a tal estatuto linguístico a conterem uma quantidade mínima de material fonológico, abaixo do qual nenhuma dessas cadeias são admissíveis como palavras.

Não sendo a única restrição fonológica a que as palavras e cadeias candidatas a palavra estão sujeitas – o respeito pelas regras fonotáticas ou pelos padrões acentuais próprios de cada gramática, p. ex., são outras restrições fonológicas obrigatoriamente respeitadas por todas as palavras do léxico –, a CM desempenha, nas gramáticas que a incorporam, um papel muito importante, funcionando como um *filtro* com a capacidade de rejeitar

(como “não palavras”) cadeias que não a respeitem. O seu papel, p. ex., na adaptação de étimos e de empréstimos lexicais é conhecido e estudado por autores como Paradis & La Charité (1997), entre outros.

Conforme a observação que foi feita na secção introdutória (vd. ponto 1)), admite-se a existência de línguas em que as palavras não são obrigadas a respeitarem uma CM – isto é, línguas que não impõem às suas palavras uma quantidade mínima indispensável de material fonológico. Para as línguas sujeitas a CM, admite-se ainda, conforme foi também brevemente referido em 1, que esta restrição não apresenta valores universais, sendo antes parametrizada de forma particular em cada gramática. Cada língua, dentro do conjunto das línguas sujeitas à CM, definirá assim a quantidade mínima de material fonológico obrigatoriamente contido por uma palavra (McCarthy & Prince 1995).

Em termos gerais, McCarthy & Prince (1995), na sua reconhecida proposta de descrição da CM, identificam como tendências bastante regulares desta restrição fonológica, transversais a todas as línguas e sujeitas às adaptações paramétricas definidas por cada gramática em particular, as seguintes regularidades ((1)).

(1) Formulação genérica da CONDIÇÃO DE MINIMALIDADE (ap. McCarthy & Prince 1995: 321-322)

(1a) Nas **línguas COM oposições quantitativas**: a palavra mínima deve conter pelo menos uma sílaba pesada.

(1b) Nas **línguas SEM oposições quantitativas**: a palavra mínima deve conter pelo menos duas sílabas.

Assim, e de acordo com esta proposta – que é uma proposta com bastante reconhecimento no campo da fonologia prosódica e que se pretende aplicável a um grande número de línguas faladas no mundo –, uma palavra teria sempre de contar, obrigatoriamente e no mínimo, com uma **estrutura bimoraica** (Broselow 1995: 197 ss.; McCarthy & Prince 1995: 321; Bosch 2011: 791; Davis 2014), tal como já foi aludido na introdução a este artigo.

A bimoraicidade que garante a CM, de acordo com esta leitura da proposta citada em (1), seria assegurada ou pelo *peso silábico* (palavra mínima<sup>3</sup>uma sílaba pesada – (1a)), ou pela *bissilabidade* (palavra mínima<sup>3</sup>um dissílabo – (1b))<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> “At the level of the mora, CVCV is equivalent to a single heavy syllable [...]” (Broselow 1995: 197).

Sendo o peso silábico, conforme a proposta de (1), um dos fatores que asseguram a CM – segundo a mesma proposta, apenas nas línguas que admitem oposições quantitativas (argumento que não discutiremos neste momento) –, convém explicitar os principais critérios que permitem a classificação de uma sílaba como pesada. De acordo com as propostas mais consensuais sobre esta matéria (Hogg & McCully 1987: 37-39, 41, 45, 115, 189; Davis 2014), uma sílaba é pesada se apresentar ramificação da rima. Esta, por sua vez, é assegurada por estruturas como as seguintes:

- (a) núcleo ramificado, com vogal longa<sup>5</sup> ou ditongo decrescente<sup>6</sup>, correspondendo a duas posições esqueléticas;
- (b) preenchimento segmental ou autosegmental da coda silábica. Em línguas como o português, a aplicação deste critério levar-nos-ia a poder aceitar como sílabas pesadas as sílabas com coda preenchida por /l 4 S N/7 (os únicos segmentos/autosegmentos admitidos como não marcados nessa posição pela fonologia do português – cf. Mateus & D’Andrade 2000; Mateus et al. 2003; Freitas 2016).

## 2.2. A Condição de Minimalidade e o peso silábico em português

Olhando à formulação genérica da CM que nos é oferecida por McCarthy & Prince (1995) (vd. (1)), o português – uma vez que não admite, no seu sistema fonológico, oposições quantitativas – deveria incorporar na sua gramática uma CM compatível com (1b), em consequência do que todas as palavras da língua teriam de ser, no mínimo, bissilábicas. Dessa forma, preservar-se-ia a necessidade de uma estrutura bimoraica mínima que,

<sup>5</sup> Vd. nota 3. Dada a existência de línguas como o português, que não admitem oposições quantitativas, assume-se que esta condição não tem operacionalidade universal

<sup>6</sup> O estatuto prosódico dos ditongos decrescentes em português admite diversas interpretações (Collischonn & Wetzels 2016: 89-90 ss.). A tradição estruturalista, p. ex. (cf. Barbosa 1965: 210; 1994: 136, 137; Camara Jr. 1971: 30), interpreta as semivogais de tais ditongos como “consoantes”. Como tais, estes segmentos seriam prosodicamente legitimados em coda silábica (esta interpretação é corroborada por autores filiados noutras correntes teóricas, como, p. ex., Collischonn & Wetzels 2016). Consequentemente, os ditongos decrescentes não corresponderiam, ao contrário do que é referido nesta passagem do texto, a instâncias de ramificação do núcleo; continuariam, contudo, a ser analisáveis como casos de rima ramificada (não por ramificação do núcleo, mas por preenchimento segmental da coda silábica) e, portanto, responsáveis pela atribuição de peso às sílabas em que ocorrem.

A inclusão, aqui, das sequências foneticamente realizadas como ditongos decrescentes na categoria dos núcleos ramificados baseia-se na interpretação destas estruturas encontrada em descrições da sílaba do português europeu como Mateus & D’Andrade (2000), Mateus et al. (2003) e Freitas (2016), entre outras.

<sup>7</sup> Tal como afirmámos na nota anterior, algumas descrições fonológicas do português (Barbosa 1965; 1994; Camara Jr. 1971; Collischonn & Wetzels 2016) integrariam ainda os ditongos decrescentes nesta categoria de ramificação da rima silábica.

conforme tentámos demonstrar resumidamente no ponto anterior, subjaz aos dois requisitos básicos da CM previstos por McCarthy & Prince (1995), nos termos previstos justamente em (1).

Ora, a existência, em português, de um número significativo de palavras gramaticais e lexicais monossilábicas CV que, de acordo com os critérios acima explicitados para a identificação de sílabas pesadas (vd. (a) e (b) supra), corresponderiam a sílabas *leves* (com uma estrutura aparentemente monomoraica, portanto) – vd. exemplos em (3a) – tem levado diversos autores a propor que o português faria parte do conjunto das línguas do mundo *não* sujeitas a qualquer CM.

Entre tais autores, encontramos, a título de exemplo, Bisol (2000), Vigário (2003) e Vigário, Martins & Frota (2005). Ainda que reconhecendo o carácter estatisticamente minoritário das palavras monossilábicas, estes autores veem nestes itens do léxico evidência suficiente para concluir que “[o] efectivo uso de formas monomoraicas/monossilábicas aponta [...] para que a *palavra prosódica no Português (Europeu) não seja de facto sensível a restrições de tamanho mínimo.*” (Vigário, Martins & Frota 2005: 903; itálico nosso).

Em sentido oposto, no entanto, autores como Booij (2004) consideram que o português é sensível à CM, enfatizando que a grande maioria das palavras desta língua tem duas ou mais sílabas (estão em conformidade, por conseguinte, com a proposta de McCarthy & Prince (1995) para as línguas não quantitativas – cf. (1b)) e tratando os monossílabos como meras exceções, estatisticamente não representativas e não suficientes para refutar a CM em português.

Relativamente aos primeiros autores aqui considerados – aqueles que explicitamente afastam a pertinência da CM em português, perante os casos, ainda que pouco numerosos, de palavras monossilábicas nesta língua –, julgamos que tal resistência se basearia mais nos casos exemplificados em (3a) do que nos de (3b), já que estes últimos seriam, pelo menos em parte, compatíveis com a CM em função da sua bimoraicidade (atribuída pela ramificação da rima). A bimoraicidade é, conforme defendemos anteriormente, o ponto em comum às duas subpropostas da CM apresentadas por McCarthy & Prince (1995) ((1)), partilhado transversalmente pelos dois tipos de línguas aí considerados. Se nos abstrairmos da distinção, admitida em (1), entre línguas com e sem oposições quantitativas, é-nos possível

obter uma reformulação da CM mais económica, na medida, designadamente, em que se torna aplicável a um maior número de línguas sem nos prendermos à existência/inexistência de uma propriedade fonológica virtualmente sujeita também a interpretações diversas e a mudanças diacrónicas. Por outras palavras: defendemos e assumimos a possibilidade (e a vantagem descritiva) de fundir (1a) e (1b) numa reformulação da CM, aplicável transversalmente às línguas com e sem distinções quantitativas, conforme propomos em (2).

(2) Reformulação da CONDIÇÃO DE MINIMALIDADE de McCarthy & Prince (1995), independentemente da existência/inexistência de oposições quantitativas

A palavra mínima deve ter uma **estrutura bimoraica**, assegurada por pelo menos uma das seguintes condições fonológicas:

- extensão igual a duas ou mais sílabas;
- no caso de palavra monossilábica: sílaba pesada.

Assumida esta releitura da CM, os monossílabos do português constantes dos exemplos (3b) – por corresponderem a sílabas pesadas de acordo com os critérios de identificação de peso silábico acima sumariados – estariam, de facto e conforme já dissemos, em concordância com a CM apresentada em (1), na sua leitura mais abrangente que acabamos de defender em (2).

Assim sendo, das palavras apresentadas em (3)<sup>8</sup>, aquelas que aparentemente não encontram explicação à luz da CM – e que por isso constituem o foco principal deste estudo – são os monossílabos CV de (3a), por não preencherem nenhuma das condições anteriormente consideradas como respeitadoras da bimoraicidade subjacente à CM apresentada em (1) e (2): eles correspondem a palavras *monossilábicas* (desrespeitando, portanto, (1b)) e os monossílabos que os constituem, não ramificando a rima, corresponderiam a monossílabos *leves* (violando, assim, (1a) e (2)).

(3) Palavras monossilábicas do português: monossílabos *leves* ((3a)) e monossílabos *pesados* ((3b))

---

<sup>8</sup> Os exemplos de (3) não esgotam todas as possibilidades de palavras monossilábicas em português. Além das aqui contempladas, poderíamos deter-nos nas formas clíticas – de que nos ocuparemos sumariamente mais adiante –, no reduzido número de formas de palavra constituídas unicamente por uma só vogal (*é, há, oh*) e ainda no igualmente reduzido número de monossílabos com [e] em núcleo. Os dois últimos casos aqui citados não serão aprofundados pelo presente estudo.

(3a). Palavras do português europeu contemporâneo correspondentes a monossílabos “leves” (estrutura “monomoraica”)	(3b). Palavras do português europeu contemporâneo correspondentes a monossílabos pesados (estrutura bimoraica) [incl. formas verbais flexionadas; incl. formas com ditongo teórico ou histórico realizado como monotongo em alguns dialetos da língua]
<p>cá dá dó fá fé lá má mi mó nó nu pá pé pó ré sé si tu ri li vi</p>	<p>boi cal céu cor dois faz lei mal mar mau nau par pau pois rei sal sei sou sul ter teu três</p>

Ainda a respeito destas palavras monossilábicas, refira-se que, por não se prosodizarem em grupos de sílabas integrados em unidades mais extensas e mais complexas dominadas por uma sílaba detentora de proeminência relativa (como a palavra prosódica), elas corresponderiam, de um ponto de vista prosódico, a **pés degenerados**, recorrendo à categoria prevista para estes casos por autores como Hayes (1980) e Hammond (1989; 2011), entre outros.

Trata-se de uma designação que, conjuntamente com outros aspetos mencionados ao longo desta secção, será discutida nas secções seguintes do artigo.

### 3. Os monossílabos CV do português

Com base nos dados revistos nas secções anteriores, assumiremos que o português é passível de incorporar na sua fonologia uma CM como a de (2). A bimoraicidade, assegurada pela bissilabidade ou pelo peso silábico, explica a inserção de praticamente todas as palavras do léxico sem necessidade de tratar como excepcionais (ao contrário do que propõe, p. ex., Booij 2004) pelo menos uma parte dos monossílabos da língua – aqueles que são constituídos por uma sílaba pesada (exemplificados em (3b))<sup>9</sup>.

Conforme foi reconhecido na secção anterior, entre os casos que uma reformulação da CM como a sugerida em (2) não contempla devidamente, de acordo com os argumentos expostos até ao momento, contam-se os monossílabos como os de (3a), de estrutura aparentemente monomoraica, tradicionalmente descritos como monossílabos *leves* e como *pés degenerados*<sup>10</sup>.

Recentrando a nossa observação, neste momento, nestes mesmos casos aparentemente não abrangidos por qualquer uma das formulações da CM contempladas ou referidas neste texto (incluindo a de Veloso (2017), de que aqui nos afastamos neste momento<sup>11</sup>), ponhamos em realce algumas das suas particularidades fonológicas. Entre tais particularidades, parecem-nos especialmente relevantes para o desenvolvimento do presente estudo as que passamos a enumerar, relativas às propriedades das vogais encontradas nos

---

<sup>9</sup> Não será aqui tomada em consideração, neste momento, uma proposta anterior de fixação da CM para o português europeu contemporâneo (PEC) apresentada por Veloso (2017), baseada em critérios completamente diferentes dos aqui tratados. O estudo citado parte de um teste experimental de oralação de pseudoabreviações em que se pede a falantes nativos da língua que realizem foneticamente cadeias gráficas potencialmente articuláveis como siglas (não palavras) ou como acrónimos (palavras). De acordo com os resultados desse estudo, verificou-se que, independentemente do peso e da extensão silábicos, cadeias com 3 ou mais segmentos são preferencialmente acronimizadas (parecem ser, como tal, representadas no conhecimento fonológico interiorizado dos falantes nativos do PEC como *palavras*); em contraste com esta tendência, cadeias com 2 segmentos ou menos são maioritariamente tratadas como siglas (i.e., como não palavras), independentemente de corresponderem a sílabas leves (monomoraicas) ou pesadas (bimoraicas). Estes dados de processamento linguístico levam Veloso (2017) a propor uma CM para o português europeu contemporâneo que, como dissemos, se afasta das formulações mais comuns desta restrição: por um lado, admite cadeias monomoraicas (sílabas “leves”) como potenciais palavras da língua; por outro lado, baseia-se em critérios de natureza estritamente segmental e linear, como o número de segmentos, ao propor que uma cadeia fonética é uma boa candidata ao estatuto de palavra, no PEC, se contiver pelo menos 3 segmentos, conforme foi referido. Nos exemplos do estudo citado, sequências como “BLO”, “PRI” ou “CLA” (= sílabas “leves”, “monomoraicas”) são oralizadas maioritariamente como palavras ([blO], [p4i], [kla], respetivamente), tal como sucede com “EUS” ou “OIS” (= sílabas pesadas, bimoraicas), oralizadas como [ewS] e [ojS]. Em cadeias monossilábicas com dois segmentos, quer sejam monossílabos “leves/monomoraicos” (ex<sup>o</sup>s: “GA”, “BE”), quer monossílabos pesados/bimoraicos (ex<sup>o</sup>s: “AU”, “EI”), os estímulos experimentais são maioritariamente oralizados como não palavras (como siglas: [ge<sup>o</sup>a], [be<sup>o</sup>E], [a<sup>o</sup>u], [E<sup>o</sup>i]).

<sup>10</sup> Os monossílabos pesados de (3b) caberiam também na categoria nos pés degenerados.

<sup>11</sup> Vd. nota 9.

respetivos núcleos silábicos. Relativamente a este ponto, tenhamos presente que, na sua maior parte, estas palavras apresentam em núcleo uma das duas seguintes possibilidades principais:

- (i) vogal [aberto 4] ([a]) ou [aberto3] ([ɛ], [ɔ]), isto é, uma vogal com um nível de sonoridade considerável, o que explica a frequência da sua ocorrência em posição tónica. Recorrendo a uma descrição da estrutura interna dos segmentos fundamentada na fonologia dos elementos, como tem sido proposto para o português por trabalhos anteriores (Brandão de Carvalho 1989; 1993; 2011; Veloso 2012a; 2013b; 2016), encontramos em todos estes monossílabos a ocorrência de {A} em Cabeça do segmento (Scheer 1998; Boltanski 1999; Angoujard, 2003; 2006) (vd. as representações destas vogais em elementos em (4));
- (ii) vogal “pura”, ou seja, uma vogal que, em termos de fonologia dos elementos, resulta da iteração de um mesmo elemento ([a] = {A, A} ; [i] = {I, I} ; [u] = {U, U}).

Uma repartição dos monossílabos por estas condições é a que transpomos para (4). Nestes exemplos, as palavras com [a] em núcleo são categorizadas como o resultado da sobreposição interligada das duas condições fonológicas aqui consideradas: como palavras com vogal nuclear pura (em resultado da iteração de segmentos na sua estrutura segmental interna) e com um elevado nível de sonoridade.

- (4) Repartição dos monossílabos CV do português por diferentes condições fonológicas respeitadas pela sua vogal nuclear

ITERAÇÃO DE ELEMENTOS			
—	{A} em Cabeça		
[i], [u]	[a]	[ɛ], [ɔ]	
[i] = {I, I}	[a] = {A, A}	[ɛ] = {A, I}	
[u] = {U, U}		[O] = {A, u}	
<i>nu ti</i>	<i>fá</i>	<i>ré</i>	<i>dó</i>
<i>tu si</i>	<i>má</i>	<i>pé</i>	<i>mó</i>
	<i>cá</i>	<i>fé</i>	<i>só</i>
	<i>lá</i>	<i>sé</i>	<i>nó</i>

De fora desta categorização, ficam algumas outras formas monossilábicas, em número muito limitado, de que não nos ocuparemos senão lateralmente no presente estudo:

- clíticos monossilábicos com núcleo preenchido por uma vogal completamente vazia de elementos ([i] = {} – cf. Veloso 2012a; 2013b; 2016) ou defetiva de um elemento em Operador ([e] = {A, @} – cf. Veloso 2012a; 2013b; 2016) – vd. exemplos em (5);
- clíticos monossilábicos com núcleo preenchido por [u] fonético – vd. exemplos também em (5);
- monossílabos, em número muito reduzido, formados por uma só vogal, como sucede com algumas palavras funcionais (artigos *a* e *o*, conjunção *e*), com certas formas verbais (*é*, *há*) e com um diminuto número de interjeições (*ah*, *oh*);
- monossílabos com núcleo vocálico preenchido pela vogal semifechada [e], exemplificados pelos nomes de algumas letras do alfabeto latino (*bê*, *cê*, *dê*, etc.), por algumas formas monossilábicas de verbos da primeira ou segunda conjugação (*dê*, *vê*, *lê*, *sê*, ...) e ainda por palavras funcionais como *quê*<sup>12</sup>.

(5). Clíticos (monossilábicos) do português europeu contemporâneo

Com vogal nuclear [i]	Com vogal nuclear [e]	Com vogal nuclear [u]
[i] = {}	[e] = { <u>A</u> , @}	[u] = { <u>U</u> , U}
<i>me</i>	<i>na</i>	<i>no</i>
<i>te</i>	<i>da</i>	<i>do</i>
<i>lhe</i>		

Os monossílabos de (5) apresentam uma diferença importante relativamente aos de (3) e (4): correspondem, como já foi dito, a formas clíticas, intrinsecamente desprovidas de acento. São, de certa forma, palavras já de si muito excepcionais, que muitos autores aproximam mais dos afixos do que das “verdadeiras palavras” (cf, p. ex.: Matthews 1991: 218 ss.; Spencer

<sup>12</sup> Torna-se interessante verificar que, nas vogais recuadas, são praticamente inexistentes as palavras monossilábicas com uma vogal semifechada em núcleo: o hipocorístico *vó* (de “avó”) e a interjeição *xó* constituiriam porventura os únicos exemplos desta condição fonológica. Remetemos para um estudo futuro a problematização desta assimetria do funcionamento de [aberto2] (grau de abertura das vogais com {A} em posição de Operador) na formação de monossílabos do português quando comparadas as vogais palatais com as recuadas.

1991: 350-394; Selkirk 1996: 187-213; Nespor 1999: 867 ss.; Van Oostendorp 1999: 195-212; Vogel 1999: 249-267; Vigário 2003: 127 ss.; Aronoff & Fudeman, 2005: 35 ss.; Gori 2007: 4; Nespor & Vogel 2007: 145 ss.). Normalmente, só se integram sintagmaticamente formando com palavras prosódicas unidades maiores respeitadoras da CM em qualquer uma das formulações correntes desta última, como, nomeadamente, o grupo clítico (Hayes 1989; Nespor & Vogel 2007; Nespor 1999; Vogel 1999; Vigário, 2003; 2007; Veloso 2012b; 2013a).

O cabimento dos clíticos no conjunto das *palavras* da língua não se encontra inteiramente definido, por conseguinte. A excepcionalidade destas unidades linguísticas é ainda posta em evidência por uma outra característica fonológica patente nos dos monossílabos, a qual, em conjunção com as restantes idiosincrasias acima referidas, retira, de certa forma, alguma pertinência à avaliação da forma como estas formas respeitam ou violam a CM do português.: a presença, na sua estrutura interna, e nos casos daqueles que apresentam [ɐ] ou [i] em núcleo, de pelo menos uma posição vazia de elementos (vd. as formalizações da estrutura interna destas vogais, em termos de FE, na segunda linha de (5)).

O estatuto dos clíticos do português europeu contemporâneo (PEC) face à CM em português será discutido mais adiante.

Voltando aos monossílabos lexicais com uma vogal com as duas posições elementares preenchidas e dotados, na maior parte dos casos, de sonoridade conferida pelo elemento {A} (vd. novamente os exemplos em (3)-(4)), a principal questão de investigação aqui colocada é a seguinte: tendo sido assumido que o português é suscetível de possuir, na sua fonologia, uma CM relacionada ou com a bimoraicidade (sílabas pesadas/bissilabidade – vd. (2)), ou com a extensão segmental (recuperando aqui uma outra formulação da CM para esta língua referida de forma pouco desenvolvida mais acima (Veloso 2017), de cariz estritamente linear, que fixa um número mínimo de 3 segmentos fonológicos como requisito mínimo de qualquer palavra em português<sup>13</sup>), como explicar a existência destas palavras no português, abaixo de tais limiares de minimalidade?

---

<sup>13</sup> Vd. nota 9.

Esta questão – que constitui, no fundo, a questão principal de todo este estudo – será explorada de forma mais aprofundada na secção seguinte do texto, na qual serão recuperadas também outras formas monossilábicas da língua.

4. Os monossílabos CV do português contemporâneo serão realmente leves e monomoraicos?

Com fundamento no critério acima referido que tradicionalmente é adotado como o mais determinante para se considerar uma sílaba pesada (Hogg & McCully 1987: 37-39, 41, 45, 115, 189; Davis 2014) – a ramificação da rima –, os monossílabos CV como os de (3a) corresponderiam efetivamente, em princípio, a sílabas leves, monomoraicas.

Na presente secção, tentaremos demonstrar que tais monossílabos podem ser aceites como pesados e bimoraicos com base num argumento principal – *o reconhecimento da sonoridade como fator de atribuição de peso silábico* – e num argumento acessório, relacionado com aspetos históricos da sua formação e evolução: em muitos casos, estes monossílabos descendem de dissílabos latinos ou medievais, sendo de admitir a conservação parcial da sua estrutura bissilábica, em alguns casos e a um nível puramente teórico, ao nível das suas representações lexicais. Aceitando-se a proposta formatada por estes argumentos, estes monossílabos deixariam de ser interpretáveis como sílabas leves e monomoraicas e deixariam de conflitar com a CM baseada na bimoraicidade aqui defendida para o português nos termos de (2).

Salientamos que esta aceitação do peso/bimoraicidade atribuído pela sonoridade radica, por sua vez, na assunção de que o português é sensível ao peso silábico. Trata-se de uma questão não aprofundada ainda neste trabalho, mas a que aludimos, na introdução, como uma questão em aberto nas descrições fonológicas da língua (Magalhães (2016: 118-119) refere-se-lhe como *controvérsia*, conforme foi referido), considerada já na secção anterior como satisfatória para explicar a inserção lexical dos monossílabos pesados em português (vd. exemplos em (3b))<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Muito frequentemente, as descrições fonológicas do português, associando exclusivamente (de forma algo simplificada) as línguas com acento sensível ao peso às línguas com oposições quantitativas, recusam a pertinência do peso silábico na fonologia desta língua. Cf., a este respeito, a minuciosa discussão de Wetzels (2007) sobre a

Em síntese, identificamo-nos, para o prosseguimento da análise, com posições como as de Brandão de Carvalho (1988; 1989; 2011) e Wetzels (2007), que aceitam como evidências suficientes para a aceitação da pertinência fonológica do peso silábico em português regularidades como as seguintes:

- prevalência de sílabas pesadas na acentuação oxítona;
- obrigatoriedade de sílaba CV (leve) na penúltima sílaba de todas as proparoxítonas;
- obrigatoriedade de acentuação paroxítona nos polissílabos com penúltima sílaba pesada.

Um aspeto muito relevante para o questionamento deste assunto tem a ver com a possibilidade de se aceitar, além dos critérios anteriormente enunciados como relevantes para a atribuição de peso silábico, um outro critério suplementar como fator conferente de peso: a sonoridade/abertura vocálica, expressa, em concordância com as propostas da FE, pela presença do elemento {A} na estrutura interna da vogal nuclear da sílaba.

Esta proposta é apresentada, relativamente ao português, por Brandão de Carvalho (1988; 1993; 1989; 2011).

Segundo o autor citado (Brandão de Carvalho 1988; 1993; 1989; 2011), a relação entre sonoridade e peso silábico seria demonstrada pela prevalência, em sílaba tónica, de vogais com um {A} em posição de Cabeça, e, concomitantemente, pela excepcionalidade de tais vogais em posição átona. Esta relação entre acento e sonoridade torna-se ainda muito evidente se observarmos que vogais com esta estrutura elementar em posição final atraem sempre o acento (vd. exemplos em (6)) e que, nas formas proparoxítonas do português, a penúltima sílaba obrigatoriamente leve nunca admite uma vogal com {A} em Cabeça (não sendo prosodicamente admissíveis em português, por essa razão, palavras como \*últ[ɔ]mo, \*áv[a]do ou \*péss[ɛ]mo, p. ex.).

---

inexistência de uma ligação implicacional estrita e intrínseca entre peso silábico e quantidade vocálica, para defender que o português – nomeadamente nos processos de atribuição de acento de palavra – é justamente sensível ao peso silábico. Wetzels (2007) afasta-se, assim, da posição mais “tradicional” que encontramos em descrições do acento de palavra como as de Pereira (1999), Mateus & D’Andrade (2000) e Mateus et al. (2003), que ignoram o peso silábico nos processos de atribuição de acento (aí descrito exclusivamente como uma função das propriedades morfosintáticas das palavras), desvalorizando a sua importância fonológica a um nível mais geral em português.

## (6) Palavras com uma vogal com o elemento {A} em posição de Cabeça em posição final tónica: obrigatoriedade da acentuação oxítona

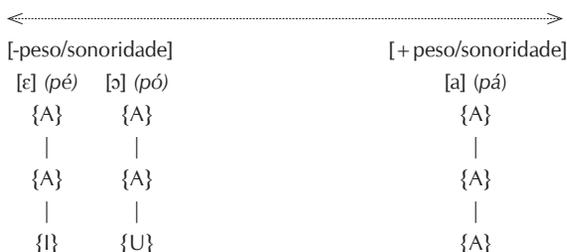
/a/	/ɛ/	/ɔ/
[a] = {A, A}	[ɛ] = {A, I}	[ɔ] = {A, U}
<i>jacarandá</i>	<i>capilé</i>	<i>forrobodó</i>
<i>sofá</i>	<i>jacaré</i>	<i>filhó</i>
<i>sabiá</i>	<i>cabaré</i>	<i>esquimó</i>
<i>oxalá</i>	<i>boné</i>	<i>rococó</i>
<i>maracujá</i>	<i>oboé</i>	<i>domimó</i>
<i>maná</i>	<i>bebé</i>	<i>noitibó</i>
		<i>paletó</i>

Estes dados tornam possível aceitar a existência de certas vogais que seriam intrinsecamente mais *pesadas* do que outras, implicando, conseqüentemente, que as sílabas em que estas vogais ocorrem sejam também sílabas pesadas<sup>15</sup>. Brandão de Carvalho (1993; 2011) propõe-no de forma explícita, descrevendo todas as vogais como a combinação de pelo menos três posições elementares, sendo possível atribuir a cada vogal uma sonoridade inerente e um peso inerente. Esta sonoridade/peso inerente é uma função da iteração de {A} na estrutura interna da vogal e determina a probabilidade de ocorrência da vogal em posição tónica: [a], com três ocorrências de {A} nas suas três posições elementares, seria, de acordo com as propostas do autor, a mais pesada e sonora de todas as vogais, o que explicaria a sua excepcionalidade em posição átona (e, de acordo com esta análise, a sua inexistência, juntamente com [ɛ] e [ɔ] – com duas ocorrências de {A} –, no núcleo da penúltima sílaba obrigatoriamente leve das formas esdrúxulas do português; vd. de novo os exemplos de palavras prosodicamente inadmissíveis em português dados anteriormente, em defesa deste mesmo argumento: \*últ[ɔ]mo, \*áv[a]do, \*péss[ɛ]mo). A formalização proposta em (7) pretende exemplificar esta interpretação fonológica<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> A aceitação de um peso inerente a certos segmentos, propiciando a sua ocorrência preferencial em posição tónica, é partilhada por outros autores, filiados noutros quadros teóricos. Cf., p. ex., Davis (2014: 115) ou Goldsmith (2014: 180).

<sup>16</sup> É com base nesta interação entre elementos e na preponderância hierárquica de {A} para atribuição de peso inerente que Brandão de Carvalho (1988; 1993; 1989; 2011) descreve a redução átona do português europeu contemporâneo como a perda de uma ou várias ocorrências de {A} nas realizações átonas, proposta retomada e desenvolvida por Veloso (2013b; 2016).

- (7) Sonoridade e peso inerente das vogais em função da iteração de {A} (ap. Brandão de Carvalho 1988; 1993; 1989; 2011)



Tendo em conta que a iteração de {I} e {U} tem um comportamento semelhante à iteração de {A} no que toca à atração de acento – vd., p. ex., os casos de (8), em que a ocorrência das vogais “puras” [i] e [u] em posição final impõe obrigatoriamente o acento oxítono às palavras em que assim as encontramos<sup>17</sup> –, propomos que se adicione a iteração de elementos também a todos os fatores conferentes de peso silábico anteriormente mencionados<sup>18</sup>.

- (8) Palavras com uma vogal resultante da iteração de elementos em posição final tónica: obrigatoriedade de acento oxítono

[i]	[u]
[i] = {I, I}	[u] = {U, U}
<i>abacaxi</i>	<i>Canguru</i>
<i>colibri</i>	<i>peru</i>
<i>rubi</i>	<i>gabiru</i>
<i>aqui</i>	<i>tabu</i>
<i>javali</i>	
<i>nazi</i>	

<sup>17</sup> O léxico português integra alguns itens de palavras terminadas em [i] átono: *táxi, penáti, biquíni, júri,...* De acordo com o defendido por Brandão de Carvalho (2011) e Veloso (2016), estamos perante casos excecionais e marcados na língua, como atestado pelo número reduzido de palavras com esta característica, pelos fenómenos de regularização a que elas são frequentemente sujeitas no nível fonético (através de realizações como *táx[i]*, *pená[t[i]*, *biquín[i]*, etc.) e, conforme posto em destaque por Brandão de Carvalho (2011), pelo facto de estas palavras serem graficamente acentuadas (indício de que, na intuição fonológica do fixador da norma ortográfica, a presença de [i] em posição final átona corresponde a um formato marcado na língua).

<sup>18</sup> Não encontram explicação nesta proposta – por apresentarem um [u] átono final –, além dos clíticos com um [u] em núcleo silábico, as palavras em que um [u] não atrai acento, como quando corresponde a um morfema flexional nominal (*menino, calado*) ou verbal (*digo, limpo, acabo*). Uma possível via explicativa para esta incompatibilidade com a proposta desenvolvida no texto – que reforça, por um lado, a proposta de (9) segundo a qual, apesar de detentora de peso inerente, [u] seria menos pesada do que [a] – poderia passar por postular, na representação subjacente destes segmentos, no caso destas condições morfolexicais somente, uma vogal com uma representação teórica elementar diferente de {U, U}, eventualmente atribuível ao carácter flexional destas realizações. Este assunto específico não será objeto de investigação no presente estudo, sendo remetido para trabalho futuro.

Torna-se necessário especificar aqui que, apesar do reconhecimento do peso inerente conferido por estas vogais, convém distingui-las, quanto a essa propriedade fonológica, das vogais com {A} em Cabeça ((6)). [i] e [u], conferindo peso silábico, tal como aqui pretendemos demonstrar, devem ser consideradas, porém, como intrinsecamente menos pesadas do que [a], [ɛ] e [ɔ], tendo presentes, nomeadamente, os seguintes aspetos do seu comportamento:

- elas ocorrem em posição átona mais facilmente do que [a], [ɛ] e [ɔ], como se comprova por exemplos como *finalidade*, *criminoso*, *muralha* ou *rutura* ([i] e [u] átonos pretónicos);

- ao contrário do que sucede com [a], [ɛ] e [ɔ], [i] e [u] podem ocorrer como o núcleo da penúltima sílaba CV de uma palavra proparoxítona em português, como demonstrado por exemplos como *último*, *rápido*, *átono*, *lúgubre*, etc. (que contrastam com as formas, atrás mencionadas como prosodicamente impossíveis na língua, *últ[ɔ]mo*, *\*áv[a]do*, *\*péss[ɛ]mo*).

Assim, poderíamos apresentar uma distribuição escalar do peso inerente das vogais que completa a proposta de (7) nos seguintes termos ((9)).

- (9) Gradação crescente da sonoridade e peso inerente das vogais em função da iteração de elementos [-peso/sonoridade] e da iteração de sonoridade [+peso/sonoridade]

←----->

[-peso/sonoridade]		[+peso/sonoridade]		
[i] ( <i>si</i> )	[u] ( <i>tu</i> )	[ɛ] ( <i>pé</i> )	[ɔ] ( <i>pó</i> )	[a] ( <i>pá</i> )
{I}	{U}	{A}	{A}	{A}
{I}	{U}	{A}	{A}	{A}
{I}	{U}	{I}	{U}	{A}

\*\*\*\*\*

Aplicando estes critérios de atribuição de peso silábico aos monossílabos de (3a) cremos ser possível encontrar uma explicação para a sua integração no léxico do português compatível com a proposta de que, nesta língua, todas as palavras, a fim de respeitarem a CM, contêm uma estrutura mínima bimoraica correspondente, no caso das palavras monossilábicas, a uma sílaba *pesada* (de acordo com (2), (7) e (9)).

Com efeito, aceitando-se a sonoridade vocálica elevada e a iteração de elementos – com base nos argumentos anteriormente revistos, com destaque para a sua capacidade de atraírem obrigatoriamente acento – como conferentes de peso silábico, só ao nível da superfície fonética e de uma análise muito linear do encadeamento segmental poderão estes monossílabos continuar a ser vistos e descritos como monossílabos *leves*. **Na proposta aqui apresentada, eles correspondem a monossílabos pesados, respeitando a condição de bimoraicidade mínima**, sendo o seu peso adveniente do peso inerente da vogal nuclear, por sua vez determinado pela sonoridade e/ou pela iteração de elementos.

A bimoraicidade destas palavras, que aqui defendemos, encontraria uma explicação adicional e plausível na diacronia, pelo menos no tocante a parte das palavras aqui em apreço. Na verdade, observamos que a maior parte destes monossílabos descende historicamente de dissílabos com uma consoante intervocálica que, perdida na evolução fonética da língua, deu origem, primeiramente, a formas bissilábicas com sequência VV em hiato. Numa fase posterior, este hiato deu quase sempre origem, por crase<sup>19</sup>, a uma vogal [aberto4] ou [aberto3], de que a vogal com {A} em Cabeça seria o resquício contemporâneo<sup>20</sup>, havendo ainda a registar os casos de palavras em que a fusão de duas vogais numa só deu origem a vogais com iteração de elementos (*maa* > *má*<sup>21</sup> ; *nuu* > *nu* ; *noo* > *nó*)<sup>22</sup>. Em alguns casos, tal consoante intervocálica é mesmo mantida ainda em algumas derivações morfológicas em português.

Damos de seguida ((10)) alguns exemplos deste tipo de palavras, com origem num dissílabo latino que se manteve enquanto tal em português medieval, só mais tarde reduzido num monossílabo *bimoraico* (de acordo

<sup>19</sup> Mateus (1982: 41-42) explica estes fenómenos através de regras de *simplificação*.

<sup>20</sup> Residiria nesta crase histórica, de resto, a explicação de que, no PEC, as palavras historicamente derivadas de tais hiatos medievais sejam imunes à redução átona, conforme proposto, designadamente, por Mateus et al. (2003: 1015), que incluem estes casos na lista das exceções regulares ao processo de redução do vocalismo átono do PEC.

A crase histórica de que aqui nos socorremos para defender o carácter bimoraico e pesado das vogais abertas e semiabertas dela resultantes encontra ainda, porventura, uma replicação que nos parece interessante nos casos de sândi do PEC em que a fusão de [a] + [a] (ou [a] + [ɐ]) origina sistematicamente uma vogal aberta ([a] ou [ã]), em casos como ‘< a amiga > = [a’mige]’ ou ‘< a ambiciosa > = [ãbi’sjoze]’.

<sup>21</sup> A forma *má* confirma, uma vez mais, uma característica já referida anteriormente: [a] pode ser considerada uma vogal inerentemente pesada pela iteração de sonoridade e pela iteração de elementos.

<sup>22</sup> As grafias medievais *do*, *maa*, *nuu*, *pee* e *noo*, citadas em várias passagens do texto, são confirmadas por Machado (1977).

com a presente proposta, por via da sonoridade vocálica ou da iteração de elementos). Ressalve-se que, nos exemplos escolhidos para figurarem em (10), a consoante que dividia historicamente as duas sílabas é mantida, no PEC, em algumas palavras morfológicamente derivadas de tais monossílabos ou com eles morfológicamente aparentadas<sup>23</sup>.

- (10) Manutenção da bimoraicidade de monossílabos do português contemporâneo descendentes de dissílabos latinos e/ou medievais, com consoante intersilábica conservada em algumas palavras morfológicamente derivadas ou aparentadas

Lat. *nodu*<sub>Dissílabo\_Bimoraico</sub> > PM *noo*<sub>Dissílabo\_Bimoraico</sub> > PEC *nó*<sub>Monossílabo\_Bimoraico(<{A})</sub> – Cf. *nodoso*

Lat. *nudu*<sub>Dissílabo\_Bimoraico</sub> > PM *nuu*<sub>Dissílabo\_Bimoraico</sub> > PEC *nu*<sub>Monossílabo\_Bimoraico(<{UU})</sub> – Cf. *desnudo*

Lat. *pede*<sub>Dissílabo\_Bimoraico</sub> > PM *pee*<sub>Dissílabo\_Bimoraico</sub> > PEC *pe*<sub>Monossílabo\_Bimoraico(<{A})</sub> – Cf. *pedestre*

(Nota: Latim/Português Medieval – bimoraicidade atribuída pela bissilabidade; Português Contemporâneo – bimoraicidade atribuída pela sonoridade vocálica)

No limite, poderíamos mesmo continuar a aceitar que a representação subjacente destes monossílabos continuasse a preservar a consoante intervocálica histórica<sup>24</sup>, retomando parcialmente uma proposta apresentada em Veloso (2017: 159) (vd. (11)). Sendo tal proposta aceite, a bimoraicidade destas palavras – com a consequência de se reforçar a sua compatibilidade com a CM defendida para o português em (2) – encontraria um argumento suplementar: além de contarem com a sonoridade máxima ou com a iteração de elementos da vogal nuclear para a atribuição de peso silábico (vd. (7) e (9)), estas palavras seriam, no nível subjacente, dissílabos. Alguns dos monossílabos CV de (3a) – aqueles para os quais é possível encontrar no PEC pares morfológicamente aparentados em que pelo menos uma das formas conserva a consoante intervocálica histórica, como sucede em *nó/nodoso* ou *nu/desnudo*, p. ex. – respeitariam assim duplamente as restrições impostas por McCarthy & Prince (1995) em (1a) e em (1b) e, também, a

<sup>23</sup> Não podemos excluir totalmente, porém, o condicionamento puramente etimológico de tais formações. Estas deixariam, assim, de poder ser descritas como derivações morfológicas, mas sim como cultismos ou como importações diretas do latim, enfraquecendo a argumentação proposta no texto.

<sup>24</sup> Recorde-se que o postulado da manutenção, nas formas teóricas subjacentes, de segmentos históricos ausentes das formas de superfície sincrónicas é um argumento subscrito por outros autores na explicação de outros fenómenos: é através do postulado de uma forma teórica /de(S)/ (presente no português medieval em formas como *sabedes*, *chegades*, *partides*) para o morfema número-pessoal de 5ª pessoa da flexão verbal do português – com um /d/ foneticamente (e morfofoneticamente) conservado em [d] somente em formas como o futuro simples do conjuntivo e o infinitivo flexionado (*amardes*, *decidirdes*, *fordes*) e em alguns imperativos (*ede*, *vede*, *sede*) – que Mateus (1982: 106-107) e Mateus et al. (2003: 1022) explicam que a vogal temática /a/ não sofre assimilação vocálica antes de morfemas flexionais verbais iniciados por /i/, em formas como *amais* e *amai*, para as quais são propostas, respetivamente, as formas subjacentes /ama<sub>TV</sub>+des<sub>MNP</sub>/ e ama<sub>TV</sub>+de<sub>MNP</sub>/.

reformulação da CM proposta em (2). É com base nestes argumentos que formulamos a proposta apresentada em (11).

- (11) Proposta de representação lexical de alguns monossílabos bimoraicos como dissílabos subjacentes  
*nu* = /nu.(d)u/ (cf. palavras morfológicamente aparentadas como *desnudo*)  
*nó* = /nO.(d)O/ (cf. palavras morfológicamente aparentadas como *nodoso*)  
*pé* = /pE.(d)E/ (cf. palavras morfológicamente aparentadas como *pedestre*)

Uma proposta deste teor permitiria:

- reforçar a bimoraicidade como o verdadeiro requisito indispensável à CM em português, enfatizando a validade de (2) para a fonologia desta língua;
- aceitar a inexistência de uma indistinção fundamental entre os casos de (3a) e (3b), permitindo a descrição de uns e outros como monossílabos *pesados* e portanto compatíveis com a CM do português (o peso em (3a) seria garantido pela sonoridade e/ou iteração de elementos da vogal nuclear; o peso em (3b) pela ramificação da rima silábica);
- retirar todos estes monossílabos da categoria dos pés degenerados: o peso silábico de todos os monossílabos de (3) torná-los-ia troqueus moraicos; aqueles a que seja aplicável uma descrição como a de (11) poderiam mesmo ser reconhecidos como troqueus silábicos, no nível teórico (subjacente) das correspondentes representações lexicais.

## 5. Conclusões finais

Este estudo, conjugado com trabalhos anteriores sobre questões de minimalidade e de peso silábico em português, reforça, a nosso ver, a conclusão de que esta língua é, efetivamente, sensível quer a uma restrição de minimalidade, quer ao peso silábico.

Relativamente à minimalidade, julgamos ter reunido dados que mostram que – à exceção, principalmente, dos monossílabos clíticos – todas as palavras do português respeitam uma CM formatada pela exigência da bimoraicidade ((2)), respeitada praticamente por todas as palavras da língua, de acordo com as propostas desenvolvidas ao longo do estudo.

A este respeito, ressalve-se que o peso silábico, de acordo com a argumentação desenvolvida neste trabalho, pode ser conferido, em português, por:

- (a) *ramificação segmental/autossegmental da rima*:
  - (a1). rima com ditongo decrescente<sup>25</sup>;
  - (a2). rima com coda preenchida segmentalmente ou autossegmentalmente (/r l S N/);
- (b) *sonoridade silábica*, expressa pela presença de {A} em Cabeça da vogal que ocupa o núcleo silábico;
- (c) *iteração dos elementos {A}, {l} ou {U}* na estrutura interna das vogais nucleares.

De acordo com esta proposta descritiva, as únicas sílabas CV verdadeiramente leves do português seriam aquelas em que V apresenta uma ou duas posições elementares vazias (isto é, sílabas com [i] ou [e] em núcleo). Assim, as palavras monossilábicas compostas unicamente por estruturas deste tipo – como é o caso particular dos clíticos (vd. (5), onde se incluem ainda clíticos com um [u] nuclear) – constituiriam as únicas palavras do português que violariam a CM proposta para esta língua. A natureza excecional destas unidades lexicais a nível morfossintático e prosódico explicaria também, porventura, esta “anomalia” destas palavras, contribuindo suplementarmente para a inserção dos clíticos numa classe à parte dentro do léxico do português.

Ainda no tocante aos clíticos, este estudo deixa por explicar o caso mais particular dos clíticos monossilábicos com um [u] em núcleo: resultando esta vogal da iteração de elementos, estes monossílabos, de acordo com a nossa proposta, não poderiam ser imediatamente descritos como monossílabos leves, ao contrário do que se verifica com os clíticos com um [i] ou [e] em núcleo. O comportamento especial desta vogal nestes clíticos é comparável ao da mesma vogal nas formas em que ela ocorre como morfema flexional<sup>26</sup>: não nos tendo debruçado suficientemente sobre estes casos, não chegámos a uma explicação desenvolvida para os mesmos. Pretendendo aprofundar a questão em trabalhos futuros, deixamos desde já explicitadas duas pistas que poderão eventualmente contribuir para tal aprofundamento: uma terá

<sup>25</sup> Para a análise aqui proposta, é irrelevante a representação prosódica dos ditongos como núcleos ramificados (conforme proposto por Mateus & D’Andrade (2000), Mateus et al. (2003), Freitas (2016) e outros) ou como instâncias de preenchimento da coda silábica (conforme defendido por Barbosa (1965; 1994), Camara Jr. (1971) ou Collischonn & Wetzels 2016). Vd. notas 6 e 7.

<sup>26</sup> Vd. nota 18.

a ver com o facto, proposto em (9), de, embora detentora de peso inerente, [u] pertencer (juntamente com [i]) à categoria das vogais menos pesadas de entre as pesadas; a segunda via, provavelmente relacionada com a primeira, para uma eventual compreensão do comportamento prosódico desta vogal poderá traduzir-se na proposta de uma eventual representação subjacente desta vogal diferente para os casos em que ela integra o radical nominal (como nos casos de (8)) e para os casos em que realiza um morfema flexional ou um clítico<sup>27</sup>.

Finalmente, das propostas apresentadas neste estudo resulta a consequência de podermos passar a encarar a maior parte dos monossílabos do português – aqueles exemplificados quer em (3a), quer em (3b) – como troqueus moraicos (devido ao peso silábico conferido pela ramificação da rima, em (3b), mas também pela sonoridade vocálica ou pela iteração de elementos, em (3a)). Em determinados casos, alguns desses casos poderão eventualmente ser aceites como troqueus silábicos subjacentes, como sucederia relativamente a parte dos monossílabos contemporâneos descendentes de dissílabos latinos e medievais que conservariam uma estrutura bissilábica na sua representação lexical preservada em certos parentescos ou operações morfológicas (vd. proposta de representação lexical destas palavras em (10)). Assim sendo, todos estes monossílabos, além de deixarem de ser considerados *leves*, deixariam de caber também na categoria de *pés degenerados* na qual são frequentemente incluídos em virtude da análise da sua forma fonética de superfície somente.

Através destas propostas, que tentam concentrar a descrição fonológica em níveis não inteiramente acessíveis a partir da mera observação das sequências lineares de consoantes e vogais, pensamos ter contribuído para uma melhor compreensão da interação entre a prosódia e o léxico em português, cuja organização em termos fonológicos parece ser, em função das observações desenvolvidas neste estudo, mais regular e sistemática do que o defendido por anteriores abordagens.

---

<sup>27</sup> Também como afirmado anteriormente, ficam por explicar neste estudo os casos bastante raros de palavras constituídas unicamente por uma só vogal, que não constituíram objeto de qualquer análise neste trabalho, ficando o seu estudo em suspenso para investigações futuras. Excluídas ficaram também as palavras monossilábicas com vogal [aberto 2] em núcleo.

### Principais abreviaturas

- CM = Condição de Minimalidade  
 FE = Fonologia dos Elementos  
 MNP = Morfema Número-Pessoal  
 PE = Português Europeu  
 PEC = Português Europeu Contemporâneo  
 PM = Português Medieval  
 TV = Tema Verbal

### REFERÊNCIAS

- Angoujard, J.-P. 2003. Phonologie et diachronie. In: J. P. Angoujard et al. (Eds.). *Phonologie: Champs et perspectives*. Lyon: ENS Editions, pp. 173-194.
- Angoujard, J.-P. 2006. *Phonologie déclarative*. Paris: CNRS.
- Aronoff, M. & Fudeman, K. 2005. *What is Morphology?* Malden MA: Blackwell.
- Backley, P. 2011. *An Introduction to Element Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Barbosa, J. M. 1965. *Etudes de Phonologie Portugaise*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 2.ème éd.: Évora: Universidade de Évora, 1983.
- Barbosa, J. M. 1994. *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*. Coimbra: Almedina.
- Bisol, L. 2000. O Clítico e o seu Status Prosódico. *Revista de Estudos da Linguagem*. 9(1): 5-30.
- Blevins, J. 1995. The Syllable in Phonological Theory. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 206-244.
- Boltanski, J.-E. 1999. *Nouvelles directions en phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Booij, G. 2004. The morphology-phonology interface in European Portuguese. Review article of M. Vigário, *The Prosodic Word in European Portuguese*. *Journal of Portuguese Linguistics*. 3(1): 175-182.
- Bosch, Anna R. K. 2011. Syllable-internal Structure. In: M. Van Oostendorp et al. (Eds.). *The Blackwell Companion to Phonology*. Oxford: Wiley-Blackwell, II, 781-798.
- Brandão de Carvalho, J. 1988. Réduction vocalique, quantité et accentuation: pour une explication structurale de la divergence entre portugais lusitanien et portugais brésilien. *Boletim de Filologia*. XXXII: 5-26.
- Brandão de Carvalho, J. 1989. Phonological conditions on Portuguese clitic placement: on syntactic evidence for stress and rhythmical patterns. *Linguistics*. 27 :405-436.
- Brandão de Carvalho, J. 1993. De quoi sont faites les voyelles? Phonologie tridimensionnelle des particules et harmonie vocalique. In: B. Laks, M. Plénat (Eds.) *De natura sonorum: Essais de phonologie*. Saint Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 65-100.

- Brandão de Carvalho, J. 2011. Contrastive hierarchies, privative features, and Portuguese vowels. *Linguística*. 6(1): 51-66.
- Broselow, E. 1995. Skeletal Positions and Moras. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 175-205.
- Camara Jr., J. M. 1971. *Problemas de Lingüística Descritiva*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Collischonn, G.; Wetzels, W. L. 2016. Syllable Structure. In: W. L. Wetzels et al. (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 86-106.
- Davis, S. 2014. Quantity. In: J. A. Goldsmith et al. (Eds.). *The Handbook of Phonological Theory*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 103-140.
- Freitas, M. J. 2016. A sílaba na gramática do adulto e na aquisição de língua materna. In: A. M. Martins, E. Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter, 663-687.
- Goldsmith, J. A. 2014. The Syllable. In: J. A. Goldsmith et al. (Eds.). *The Handbook of Phonological Theory*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 164-196.
- Gori, B. 2007. *La grammatica dei clitici portoghesi*. Firenze: Firenze University Press.
- Hammond, M. 1989. Cyclic secondary stress in English. *Proceedings of the West Coast Conference on Formal Linguistics*. 8, 139-153.
- Hammond, M. 2011. The Foot. In: M. Van Oostendorp et al. (Eds.). *The Blackwell Companion to Phonology*. Oxford: Wiley-Blackwell, II, 949-979.
- Hayes, B. 1980. *A metrical theory of stress rules*. Ph Diss. The Massachusetts Institute of Technology.
- Hayes, B. 1989. The prosodic hierarchy in meter. In: P. Kiparsky & G. Youmans (Eds.). *Rhythm and meter*, Orlando FL: Academic Press, 201-260.
- Hogg, R.; McCully, C. B. 1987. *Metrical Phonology: A Coursebook*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Machado, J. P. 1977. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte.
- Magalhães, J. 2016. Main Stress and Secondary Stress in Brazilian and European Portuguese. In: W. L. Wetzels et al. (Eds.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 107-124.
- Mateus, M. H. M et al. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5<sup>a</sup> ed. Lisboa: Caminho.
- Mateus, M. H. M. 1982. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: INIC.
- Mateus, M. H.; D'Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Matthews, P. H. 1991. *Morphology*. 2<sup>nd</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- McCarthy, J. J.; Prince, A. S. 1995. Prosodic Morphology. In: J. A. Goldsmith (Ed.). *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA: Blackwell, 318-366.
- Nespor, M. 1999. The phonology of clitic groups. In: H. Van Riemsdijk (Ed.). *Clitics in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 865-887.
- Nespor, M.; Vogel, I. 2007. *Prosodic phonology*. With a new foreword. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Paradis, C.; LaCharité, D. 1997. Preservation and Minimality in Loanword Adaptation. *Journal of Linguistics*. 33(2): 379-430.

- Pereira, M. I. P. 1999. *O acento de palavra em português. Uma análise métrica*. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Scheer, T. 1998. La structure interne des consonnes. In: P. Sauzet (Ed.) *Langues et Grammaire (II-III): Phonologie*. Saint Denis: Université de Paris 8, 141-172.
- Selkirk, E. 1996. The prosodic structure of function words. In: J. L. Morgan. K. Demuth (Eds.). *Signal to syntax: bootstrapping from speech to grammar in early acquisition*. Mahwah NJ: Lawrence Erlbaum, 187-213.
- Spencer, A. 1991. *Morphological theory. An introduction to word structure in generative grammar*. Oxford: Blackwell.
- Van Oostendorp, M. 1999. Italian s-voicing and the structure of the phonological word. In: S. J. Hannahs, M. Davenport (Eds.). *Issues in phonological structure*. Amsterdam: John Benjamins, 195-212.
- Veloso, J. 2012a. Vogais centrais do português europeu contemporâneo: Uma proposta de análise à luz da fonologia dos elementos. *Letras de Hoje*. 47(3): 234-243.
- Veloso, J. 2012b. Unidades acentuais proparoxítonas e grupos clíticos em Português. In: A. Costa & I. Duarte (Eds.). *Nada na linguagem lhe é estranho. Homenagem. Isabel Hub Faria*. Porto: Afrontamento, 471-483.
- Veloso, J. 2013a. Prosodisation des complexes « mot phonologique + clitique(s) » : groupes accentuels proparoxytons et groupes clitiques en portugais. In: A. Tifrit (Ed.). *Phonologie, morphologie, syntaxe. Mélanges offerts à Jean-Pierre Angoujard*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 233-244.
- Veloso, J. 2013b. Redução do vocalismo átono do português europeu contemporâneo: Assimetria dos elementos de tonalidade e interação entre diversos tipos de redução vocálica. *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Coimbra: Associação Portuguesa de Linguística, 655-672.
- Veloso, J. 2016. O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas em português europeu contemporâneo. In: Ana Maria Martins & Ernestina Carrilho (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter, pp. 636-662.
- Veloso, J. 2017. Palavra Mínima em Português Europeu: A Oralização de Abreviações. *Alfa*. 61(1): 133-168.
- Vigário, M. 2003. *The prosodic word in Portuguese*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Vigário, M. 2007. O lugar do grupo clítico e da palavra prosódica composta na hierarquia prosódica: uma nova proposta. *XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos seleccionados*. Lisboa: APL/Colibri, 673-688.
- Vigário, M., Martins, F. & Frota, S. 2005. Frequências no Português Europeu: a ferramenta FreP. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 897-908.
- Vogel, I. 1999. Subminimal constituents in prosodic phonology. In: S. J. Hannahs & M. Davenport (Eds.). *Issues in phonological structure*. Amsterdam: John Benjamins, 249-267.
- Wetzels, W. L. 2007. Primary Stress in Brazilian Portuguese and the Quantity Parameter. *Journal of Portuguese Linguistics*. 5/6: 9-58.